MOLINARI, LDA

RELATÓRIO DE GESTÃO

DO

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO DE 2018

1 – Introdução

Nos termos dos artigos 65.º e 66.º do Código das Sociedades Comerciais apresenta-se o Relatório de Gestão e Contas respeitantes ao exercício de 2018.

2 – Actividade da empresa

Uma vez findo o ano de 2018 começaremos por fazer uma pequena análise ao ambiente socioeconómico em que a empresa está inserida. Este último ano teve uma tendência positiva, que já vem sendo consolidada desde 2016, com os indicadores macroeconómicos a apresentarem mais solidez e a transmitirem uma confiança mais generalizada.

O Boletim Mensal da Economia Portuguesa de Fevereiro de 2019, disponibilizado pelo Gabinete de Estratégia e Estudos, faz um enquadramento internacional onde refere que no quarto trimestre de 2018, a produção industrial mundial desacelerou para 2,2% em termos homólogos (2,9% no trimestre precedente) devido sobretudo ao abrandamento das economias avançadas. O comércio mundial de mercadorias também recuou associado ao declínio das trocas comerciais tanto das economias avançadas como dos países emergentes; sendo particularmente expressivo para o último caso, nomeadamente da Ásia.
Em finais de 2018, assistiu-se a um enfraquecimento da economia global, refletindo as tensões geopolíticas e comerciais, este último, associado à imposição de tarifas alfandegárias às importações dos EUA provenientes da China e, também, no caso da União Europeia, a perturbações temporárias internas associadas ao impacto do novo regulamento europeu sobre emissões de gases, com impacto no sector automóvel. No final de 2018, a taxa de inflação homóloga do conjunto dos países da OCDE acelerou ligeiramente para 2,4% em dezembro de 2018 (2,3% em dezembro de 2017), tendência acompanhada por alguns países emergentes (especialmente Rússia, India e Brasil).
No 4.o trimestre de 2018, o PIB da União Europeia (UE) e da área do euro (AE) desacelerou para 1,4% e 1,2% em termos homólogos reais, respetivamente (1,8% e 1,6%, designadamente, no 3.o trimestre). De acordo com o indicador previsional do Banco de Itália de janeiro de 2019, o PIB trimestral em cadeia da AE continuou a diminuir (+0,2%, no 4.o trimestre de 2018). Em dezembro de 2018, a taxa de desemprego desceu quer para a UE, quer para a AE, para se situar em 6,6% e 7,9%, respetivamente (7,2% e 8,6%, respetivamente, em dezembro de 2017). Em janeiro de 2019, a taxa de inflação homóloga da área do euro desceu para 1,4% (1,5% no mês precedente) refletindo uma desaceleração acentuada dos preços de energia; enquanto se manteve em 1,8% em termos de variação dos últimos 12 meses.

Ainda no mesmo Boletim Mensal, mas agora na vertente da Conjuntura Nacional, as Contas Nacionais Trimestrais do INE para o 4.o trimestre de 2018 apontam para um crescimento homólogo real de 1,7% do PIB, menos 0,4 p.p que no trimestre precedente. Segundo o INE, esta

variação resultou de uma redução do contributo da procura externa líquida, em parte compensada pelo crescimento da procura interna (em especial variação de existências). Face ao trimestre precedente registou-se um aumento de 0,4% em termos reais, resultante da desaceleração da procura interna, e um menor contributo negativo da procura externa líquida. No total do ano, o crescimento fixou-se em 2,1% (0,7 p.p. inferior ao registado em 2017).
As Contas Nacionais do INE apontam para que o Consumo Privado tenha registado um crescimento de 2,8% em termos homólogos reais no quarto trimestre, acelerando face aos 2,3% registados no terceiro trimestre. A evolução desta componente do PIB reflete sobretudo uma aceleração do consumo de bens não duradouros (+0,7 p.p.). Na totalidade do ano, o Consumo Privado cresceu 2,5%, +0,2 p.p. do que em 2017. Também no 4.o trimestre do ano, o índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho cresceu 4,6%, traduzindo uma aceleração de 2,2 p.p. face ao terceiro trimestre. Esta tendência foi partilhada tanto pela componente alimentar como pela componente não alimentar. No total do ano, o IVNCR cresceu 3,9%, menos 0,2 p.p. do que em 2017.
Já os indicadores qualitativos, disponíveis até janeiro de 2019, registaram uma evolução mista. O indicador de confiança dos consumidores deteriorou-se nos três meses até janeiro, quando comparado com o quarto trimestre de 2018. Por seu turno, a opinião dos empresários relativa ao volume de negócios no comércio a retalho evoluiu, em igual período, positivamente.
Em 2018, o défice acumulado da balança corrente foi de 1 230 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 2 109 milhões de euros em termos homólogos. Este resultado traduz uma deterioração do saldo da balança de bens e de rendimentos primários.

Façamos agora uma pequena análise e síntese do que se passou no Sector Segurador neste ano que agora finda, visto ser onde a Molinari está inserida.
O Sector continua a demonstrar solidez económica e financeira, continuando o seu processo de consolidação de intervenientes ainda como consequência da crise económica que afectou a Banca Nacional e à qual muitas Seguradoras estavam ligadas.
Tendo por base os dados recolhidos pela APS, o Sector Segurador teve uma variação real positiva na sua produção de 10,80% de 2017 para 2018. Manteve-se a tendência vinda do ano anterior e em 2018 foi o Sector Vida que mais aumentou com uma variação de 13,60%, o Sector o Não-Vida também cresceu, com uma variação real de 6,30%. Assim e pelo segundo ano consecutivo, ambos os sectores contribuíram positivamente para o crescimento geral do mercado segurador.

Decompondo o crescimento do Ramo Vida, dois Produtos suportaram este aumento, o Vida Risco com uma variação real de 1,3% e os PPR com um aumento de 54,0%. Em sentido contrário temos os Produtos de Capitalização com decréscimo de 7,0% e as Operações de Capitalização com um recuo de 41,2%. De salientar que os dois Produtos com mais importância são os Produtos de Capitalização e os PPR.

No Ramo Não-Vida, o crescimento foi praticamente transversal. Os Acidentes e Doença apresentam um aumento de 9,0%, sendo que Acidentes de Trabalho continua a manter a tendência generalizada de aumento de preços registando um crescimento de 12,3%. O Ramo Doença também mostra sinais positivos com variação real de 6,8%. No Incêndio e Outros Danos de Coisas, tanto Habitação e Condomínios como Comércio e Industria cresceram 3,9% e 2,7% respectivamente o que representa no seu combinado uma variação ascendente de 4,1% para esta área de negócio. No Automóvel também temos indicadores positivos com crescimento de 5,6%, e o mesmo é extensível a Responsabilidade Civil Geral com 1,4% e Diversos com 2,8%. O único Produto com sinal negativo foi Transportes que recuou 3,1% em variação real, mas cujo peso é marginal no total do Ramo Não-Vida.

No que a 2018 diz respeito e à Molinari em particular, a nossa empresa tem mantido a sua estabilidade, independência e o seu foco na gestão da carteira que possui. Com isso em mente foi possível renovar na sua generalidade os contractos que temos na área de Obrigatório e na parte de Facultativo a área de Incêndio também mostrou uma performance bastante positiva.
No ano que agora termina infelizmente não foi possível registar um Resultado Liquido do Exercicio crescente, ainda que como sempre não faltasse empenho e dedicação da nossa Equipa. A redução verificada deveu-se essencialmente pelo aumento da rubrica de amortizações e pelo fraco desempenho na parte financeira. Em termos operacionais os resultados foram bastante positivos, com a carteira Facultativa de Incêndio a registar novo aumento ligeiro, o que tendo em consideração o mercado competitivo é sempre uma nota positiva. No que diz respeito aos Tratados foi possível alcançar alguma estabilidade depois de muitas mudanças e ajustes dos últimos anos. O fraco desempenho acima mencionado ficou patente na rubrica de Aumentos/Reduções de justo valor, que registou uma evolução negativa, sustentada pelo ano complicado que os mercados financeiros tiveram. Este ano foi esta rubrica a contribuir decisivamente para o Resultado não fosse superior ao do ano anterior.
O mercado já apresenta sinais de consolidação ainda que exista sempre a possibilidade de poderem haver ajustes ao nível do controlo de algumas companhias. Uma nota também para a forma célere e eficiente como as companhias têm tratado da resolução de sinistros de alguma dimensão, como foi o caso da Tempestade Leslie. Os indicadores na sua generalidade foram bastante positivos o que mostra que o mercado voltou a crescer de forma mais sustentada ajudada pelo bom ambiente macroeconómico em que o País se encontra.

Como decorre das demonstrações dos resultados por natureza do período as Prestações de Serviços ascenderam a 1 771 765,80€ o que significou um acréscimo de 9,04% face ao exercício anterior. As rubrica de Fornecimentos e Serviços de Terceiros e Gastos com o Pessoal atingiram o montante de 937 376,43€, resultando num ligeiro decréscimo de 0,39%, em relação ao ano de 2017.

Na rúbrica de Outros Rendimentos e Ganhos provenientes de depósitos bancários e outros ganhos diversos tivemos um encaixe de 14 549,63€ que, comparativamente ao ano anterior registaram um decréscimo 71,14%, enquanto os Outros Gastos e Perdas se fixaram em 37 919,43€ quando em 2017 foram de 19 743,0€. Por outro lado verificou-se a desvalorização das aplicações financeiras de que a entidade é detentora originando perdas que atingiram o valor de 82 775,62€, quando no ano transacto originaram ganhos que se fixaram em 14 182,37€.

Assim, os Rendimentos e Ganhos do período foram de 1 786 315,43 € e os Gastos e Perdas de 1 058 071,32€, dando origem a um EBITDA (Resultado antes de depreciações e gastos financeiros e impostos) de 728 244,10 €, idêntico ao registado no exercício anterior que foi de 728 739,80€.

Por fim, os gastos de depreciação e amortização para período cifraram-se em 57 438,05 € originando que os RESULTADOS OPERACIONAIS se fixassem em 670 806,06€, valor esse também inferior ao do ano transacto que tinha sido de 701 487,87€.

Foi estimado o valor de 187 018,94€ para fazer face ao pagamento dos impostos sobre os rendimentos pelo que o RESULTADO LIQUIDO DO PERIODO se fixou em 483 787,12€.

3 – Proposta de gratificação de balanço

O órgão de gestão propõe a manter o pagamento de uma gratificação de balanço a distribuir aos sócios gerentes e ao pessoal pertencentes ao quadro permanente da empresa em 2019, pelo que reconheceu como gasto do exercício de 2018 o valor de 40,000€ para o efeito.

4 – Perspectivas para o ano de 2019

Com base no relatório denominado *Global Economic Prospects* (GEP), publicado em Janeiro de 2019 pelo Banco Mundial, e começando numa Perspectiva mais Global, a atividade moderada e os riscos aumentados estão a ensombrar as perspectivas económicas globais. O comércio internacional e o investimento suavizaram-se, as tensões comerciais continuam elevadas e alguns grandes mercados emergentes e economias em desenvolvimento (*Emerging Market and Developing Economies* - EMDEs) foram sujeitos a pressões substanciais no mercado financeiro. Contra este cenário menos favorável, o crescimento dos *EMDE* perdeu força, com uma recuperação mais fraca do que o esperado nos exportadores de *commodities*, acompanhada por uma desaceleração nos importadores de *commodities*. Desenvolvimentos disruptivos do mercado financeiro podem interromper a atividade nas economias afetadas e levar a efeitos de contágio. As disputas comerciais podem aumentar ou tornar-se mais abrangentes, afetando a atividade nas economias envolvidas e levando a repercussões globais negativas. Para enfrentar esse ambiente cada vez mais desafiador, uma prioridade imediata para os decisores de políticas dos EMDE é preparar-se para possíveis surtos de stress nos mercados financeiros, reconstruir as almofadas políticas macroeconômicas apropriadas e enfrentar a dinâmica adversa da dívida, enquanto inseridos numa inflação historicamente baixa. A longo prazo, a necessidade de promover um crescimento potencial mais robusto, impulsionando o capital humano, removendo barreiras ao investimento e promovendo a integração comercial, permanece.
A atividade económica nas economias mais desenvolvidas tem divergido nos últimos tempos. O crescimento nos Estados Unidos permaneceu sólido, impulsionado pelo estímulo fiscal. Em contraste, a atividade na Área do Euro tem sido um pouco mais fraca do que anteriormente esperado, devido à desaceleração das exportações líquidas. Enquanto o crescimento nas economias desenvolvidas é estimado ter desacelerado ligeiramente para 2,2% no ano passado, ainda está acima do potencial e em linha com as previsões anteriores.
No seu todo, projeta-se que o crescimento global se modifique de 3% em 2018 para 2,9% em 2019, para 2,9% em 2019 e 2,8% em 2020-21, à medida que a folga econômica se dissipe, a acomodação da política monetária nas economias avançadas seja removida e o comércio global gradualmente desacelere. O crescimento nos Estados Unidos continuará a ser apoiado por estímulos fiscais no curto prazo, o que provavelmente levará a défices fiscais maiores e mais persistentes. O crescimento da economia avançada desacelerará gradualmente em direção ao potencial, caindo para 1,5% no final do horizonte de previsão, à medida que a política monetária for normalizada e as restrições de capacidade se tornarem cada vez mais vinculantes.
Passemos agora às perspetivas regionais. A recuperação na atividade dos *EMDE* parou. O crescimento cíclico em regiões com muitos exportadores de *commodities* perdeu força, em parte refletindo desaceleração em algumas grandes economias, e é projetada uma estagnação nos próximos dois anos. O crescimento em regiões com grande número de importadores de commodities foi sólido, mas desacelerou e espera-se que se estabilize em torno do seu

potencial. Para todas as regiões, as perspectivas são cada vez mais inclinados para o lado negativo.
O crescimento da Área do Euro desacelerou notavelmente em 2018 para uma estimativa de 1,9%, 0,2 pontos percentuais abaixo das projeções anteriores. Em particular, as exportações abrandaram, reflectindo a anterior apreciação do euro e a desaceleração da procura externa.
Enquanto o desemprego diminuiu, a inflação continua teimosamente baixa. As expectativas de inflação de longo prazo continuam em torno de 1,6%, como nos últimos três anos. O Banco Central Europeu parou de aumentar seu balanço, embora deva manter sua política de taxa de juros negativa até pelo menos meados de 2019. Os empréstimos e a rentabilidade do sistema financeiro continuaram a aumentar, embora alguns bancos europeus possam estar expostos a tensões financeiras em alguns EMDEs.
Em toda a Zona do Euro, espera-se que a postura da política fiscal seja levemente expansionista. O aumento dos gastos Alemães devem levar a menores *superavits*, enquanto os *deficits* na França e na Itália provavelmente aumentarão as pressões públicas por gastos adicionais e redução de impostos. Os custos com empréstimos da Itália aumentaram e permanecem voláteis, refletindo incertezas sobre as perspectivas para sobre a dívida do país.
No seu todo, o crescimento da Área do Euro deverá desacelerar ainda mais em direção ao horizonte de previsão, para 1,6% em 2019 e uma média de 1,4% em 2020-21, à medida que o estímulo monetário for retirado e o crescimento do comércio mundial moderar.

Depois de algumas considerações e previsões sobre 2019 passemos agora para a realidade da Molinari e sobre o que se avizinha. Nos últimos anos não temos alterado a nossa politica, que assenta na continuidade e é alicerçada pela recuperação económica e social que se começa a sentir com mais evidência. Com base de apoio nas indicações macroeconómicas animadoras, vamos manter o nosso foco em renovar os contractos de carácter anual, na sua vertente Obrigatória e na Carteira de Facultativo o enfase será no Incêndio e Responsabilidade Civil. Nestes últimos anos o Ramo de Engenharia tem tardado em voltar a mostrar desempenhos positivos, visto que as obras em curso continuam a ser poucas e de pequena dimensão. Neste momento ainda estamos órfãos de algum investimento público essencial para as grandes construções. Ainda assim para 2019 esperamos que já se comecem a realizar projectos de média/grande dimensão e com maior grau de complexidade. Na vertente internacional é evidente que nos manteremos atentos a oportunidades que possam surgir ainda que seja nossa convicção que os mercados emergentes que foram alternativa num passado recente neste momento estão já bastante saturados e alguns deles mergulhados em crises económicas. Pelo mencionado anteriormente o mercado nacional continuará a ser o nosso principal *target*, onde o nosso objectivo passa por prestar o melhor serviço e apoio às Seguradoras.

A área financeira assumiu alguma importância nos anos mais recentes, em especial quando a crise económica era mais aguda, importância essa que com o retomar da atividade não diminuiu mas passou a ter um papel de complemento à actividade primária. Para uma empresa com perfil de investidor conservador, as opções com rentabilidades aceitáveis, têm sido limitadas e escassas nos últimos anos, pelo que optamos por fazer alguma diversificação de aplicações financeiras. O ano de 2018 foi bastante difícil para os mercados financeiros em geral, com quase todas as classes de risco a apresentarem rentabilidades negativas. Para este novo ano já existem sinais de recuperação e ajuste fase às excessivas correcções do final do ano de 2018. Contudo será importante fazer uma análise consciente e ponderada a meio do ano no sentido de avaliar se o caminho escolhido foi o mais correcto ou se será necessário fazer ajustes. Essa avaliação será feita internamente e em conjunto com as entidades bancárias com as quais trabalhamos no sentido de fazermos as melhores escolhas e até mudarmos a composição da

nossa carteira se necessário. A nossa principal preocupação é obter retorno mas privilegiando a manutenção do património da empresa.
Para a área operacional, vamos manter a direcção traçada para os últimos anos e que começa a mostrar alguns resultados. Com a optimização feita nos últimos anos o ano de 2019 será provavelmente um ano mais estável em termos de custos. O rejuvenescimento da equipa feito recentemente é importante e faremos os possíveis para que os quadros continuem a sua evolução profissional ao longo do ano.

Para 2019 esperamos que o Mercado Segurador Português, possa continuar a crescer, preferencialmente em todas a áreas. Para isso será importante e provavelmente decisivo que haja crescimento económico e que o mesmo seja sustentado. Ainda que tenha havido uma drástica erosão de prémios nos anos da crise sentimos que e apesar da consolidação feita em termos de intervenientes no mercado haverá aos poucos um retomar dos níveis de prémio do passado em áreas mais essenciais como os Acidentes de Trabalho ou o Automóvel. Será por isso justo dizer que nos mantemos optimistas quando ao futuro próximo embora não exista uma relação directa entre o aumento do volume de prémios e a sua cedência para Resseguro. Tentaremos manter a tendência de algum ganho em termos de Resultado Operacional, idealmente aliada a melhores Resultados no âmbito financeiro. É um desafio grande, mas tentaremos corresponder da melhor forma possível.
Uma palavra final de agradecimento aos nossos parceiros de 2018 pela confiança em nós depositada e que esperamos se possa manter em 2019. Da nossa parte fica o compromisso de empenho e dedicação de forma a enfrentarmos juntos os desafios que se aproximam.

5 – Dividas em mora ao Estado
A Empresa não tem qualquer divida em situação de mora ao Estado ou qualquer outro Ente Público, incluindo à Segurança Social.

6 – Proposta de aplicação de resultados
Do Resultado Liquido do Período, findo em 31 de Dezembro de 2018, que foi de um lucro de 483 787,12 €, propõe o órgão de gestão que seja aplicado como segue:

- Para Reservas Livres ..... 223.787,12 € ;
- Para os sócios da sociedade, em partes correspondentes às suas participações o valor de..... 260.000,00 € .

7 – Capital Social da sociedade
No exercício não se verificou qualquer alteração no capital social da sociedade pelo que as participações dos sócios são as seguintes:

Sr. Dr. Francisco Alves Porto	16 000,00 €	(16%)
Sra. D. Helena Rosa Silva Duarte	20 000,00 €	(20%)
Sra. Dra. Isabel Alves Porto	32 000,00 €	(32%)
Sra. Dra. Isabel Alves Porto e Dr. Francisco Alves Porto (quota comum)	32 000,00 €	(32%)

Lisboa, 28 de Março de 2019
MOLINARI, LDA.
O Gerente

MOLINARI, LDA

CONTAS

DO

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

BALANÇO
DA
MOLINARI, LDA
EM
31 DE DEZEMBRO DE 2018

Ativo

	NOTAS	2018	2017
Activo Não Corrente			
Activos fixos tangiveis	7	238.036,36	172.304,91
Outros investimentos financeiros	8	37.196,00	36.852,26
		275.232,36	209.157,17
Activo Corrente			
Clientes	9	83.533,56	61.212,94
Estado e outros entes publicos	10	138.784,42	204.798,95
Outras créditos a receber	11	48.924,77	605.930,16
Diferimentos	12	6.301,99	5.785,72
Outros ativos financeiros	13	1.717.124,72	1.785.250,95
Caixa e depósitos bancários	14	4.435.948,17	3.912.766,59
		6.430.617,63	6.575.745,31
Total do Ativo:		**6.705.849,99**	**6.784.902,48**

Capital Próprio e Passivo

Capital Próprio			
Capital Subscrito	15	100.000,00	100.000,00
Reservas Legais	16	20.000,00	20.000,00
Outras Reservas	16	5.339.453,27	5.054.430,11
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio	17	12.558,35	12.558,35
Resultado Liquido do Período		483.787,12	525.023,16
Total do Capital Próprio:		5.955.798,74	5.712.011,62
Passivo Corrente			
Fornecedores	9	191,61	8.283,49
Adiantamentos de clientes	9	1,37	2.290,42
Estado e outros entes publicos	10	217.942,51	206.589,46
Outras dividas a pagar	11	531.915,76	855.727,49
Total do Passivo Corrente		750.051,25	1.072.890,86
Total do Passivo:		***750.051,25***	***1.072.890,86***
Total do Capital Próprio e do Passivo		**6.705.849,99**	**6.784.902,48**

O Contabilista Certificado
membro 4458 OCC

MOLINARI, LDA.
O Gerente

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
DA EMPRESA
MOLINARI, LDA
DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

	NOTAS	2018	2017
Vendas e Serviços Prestados	18	1.771.765,80	1.624.920,67
Fornecimento e Serviços Externos	19	-123.116,14	-145.629,68
Gastos com o Pessoal	20	-814.260,13	-795.404,09
Aumentos/Reduções de justo valor	21	-82.775,62	14.182,37
Outros Rendimentos	22	14.549,63	50.413,83
Outros Gastos	23	-37.919,43	-19.743,30
Resultados antes de depreciações, gastos financeiros e impostos		**728.244,11**	**728.739,80**
Gastos/reversões de depreciação e amortização	7	-57.438,05	-27.251,93
Resultados Operacionais		**670.806,06**	**701.487,87**
Resultado antes de Impostos		**670.806,06**	**701.487,87**
Imposto sobre o Rendimento		**-187.018,94**	**-176.464,71**
Resultado Líquido do Período		**483.787,12**	**525.023,16**

O Contabilista Certificado
membro 4458 OCC

MOLINARI, LDA
O Gerente

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
DA
MOLINARI, LDA

PERIODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

		PERÍODOS	
	NOTAS	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		1.747.133,57	1.604.081,44
Pagamentos a fornecedores		-138.279,36	-140.153,61
Pagamentos ao pessoal		-351.991,50	-333.077,59
Caixa gerada pelas operações		**1.256.862,71**	**1.130.850,24**
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		-110.146,84	-255.109,35
Outros recebimentos / pagamentos		-405.211,53	-958.665,39
Fluxos de caixa das atividas operacionais (1)		**741.504,34**	**-82.924,50**
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangiveis		-119.648,99	-48.817,36
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangiveis		6.000,00	21.000,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		**-113.648,99**	**-27.817,36**
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Dividendos/lucros		-172.800,00	-252.000,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		**-172.800,00**	**-252.000,00**
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		455.055,35	-362.741,86
Caixa e seus equivalentes no início do período		5.698.017,54	6.060.759,40
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	6.153.072,89	5.698.017,54

O Contabilista Certificado
membro 4458 OCC

MOLINARI, LDA
O Gerente

Francisco Alves Porto

Helena Duarte

MOLINARI LDA
RUA RODRIGO DA FONSECA, 56 R/C
1250-193 LISBOA

Conserv. do Registo Com. de Lisboa e Contribuinte 500 477 990 - Capital Social € 100.000
Número de Registo do ISP 808 281 087 de 02/09/2008 (www.isp.pt)
Certificado para os ramos Vida e Não Vida

TELEFONE 21 382 61 40
molinari@molinari.pt

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

DA EMPRESA

MOLINARI, LDA

ANO DE 2017

DESCRIÇÃO		Capital realizado	Acções (quotas próprias)	Outros Intrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Ajustamento em activos financeiros	Exedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado liquido do periodo	Total	Interesses Minoritários	Total do capital próprio
POSIÇÃO NO ÍNICIO DO PERIODO	1	100.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	4.616.302,63	0,00	12.558,35	0,00	0,00	788.127,48	5.536.988,46	0,00	5.536.988,46
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						0,00	438.127,48	0,00	0,00	0,00		-438.127,48	0,00	0,00	0,00
	2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	438.127,48	0,00	0,00	0,00	0,00	-438.127,48	0,00	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3											525.023,16	525.023,16	0,00	525.023,16
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3											86.895,68	525.023,16	0,00	525.023,16
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE NO PERIODO															
Realizações de capital															
Distribuições												-350.000,00	-350.000,00		
	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-350.000,00	-350.000,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FINAL DO PERIODO	1÷2+3+5	100.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	5.054.430,11	0,00	12.558,35	0,00	0,00	525.023,16	5.712.011,62	0,00	5.712.011,62

ANO DE 2018

DESCRIÇÃO		Capital realizado	Acções (quotas próprias)	Outros Intrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Ajustamento em activos financeiros	Exedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado liquido do periodo	Total	Interesses Minoritários	Total do capital próprio
POSIÇÃO NO ÍNICIO DO PERIODO	6	100.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	5.054.430,11	0,00	12.558,35	0,00	0,00	525.023,16	5.712.011,62	0,00	5.712.011,62
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						0,00	438.127,48	0,00	0,00	0,00		-438.127,48	0,00	0,00	0,00
	7	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	438.127,48	0,00	0,00	0,00	0,00	-438.127,48	0,00	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8											483.787,12	483.787,12	0,00	483.787,12
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8											45.659,64	483.787,12	0,00	483.787,12
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE NO PERIODO												0,00			
Distribuições												-240.000,00	-240.000,00		
	10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-240.000,00	-240.000,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FINAL DO PERIODO	6÷7+8+10	100.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	5.492.557,59	0,00	12.558,35	0,00	0,00	330.682,80	5.955.798,74	0,00	5.955.798,74

O Contabilista Certificado
membro 4458 OCC

MOLINARI, LDA
O Gerente

MOLINARI, LDA

ANEXO AO BALANÇO

DO

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

ANEXO

1- NOTA INTRODUTÓRIA

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE: Molinari, Lda.
SEDE: Rua Rodrigo da Fonseca, 56 r/c em Lisboa
NATUREZA DA ATIVIDADE: Outras Actividades Auxiliares de Seguros e Fundos de Pensões – CAE 66290.

2 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 As demonstrações financeiras foram preparadas no quadro do SNC – Sistema de Normalização Contabilístico, aprovado pelo Decreto Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto Lei 98/2015, de 2 de Junho, e de acordo com a estrutura concetual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas consignadas, respectivamente, nos Avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de Julho, e em conformidade com a modernização e codificação aprovadas pelas Portarias 220/2015 e 218/2015, de 24 de Julho.

2.2 Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3 Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

3 –APLICAÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCFR

Não se verificou qualquer alteração neste período

4 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILISTICAS

4.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

4.2 Outras politicas contabilísticas relevantes

4.2.1 Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida. Os activos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas. As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciações utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Edificios e outras construções – 50 anos
Equipamento de transporte – 4 anos
Equipamento administrativo – 4 a 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis – 4 a 8 anos

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.
O gasto com depreciações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica "Gastos/reversões de depreciação e amortização". As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

4.2.2 Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 –Instrumentos financeiros. Os activos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com o critério do custo. Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes activos e passivos financeiros:

a) Instrumentos financeiros:

A Empresa classifica os investimentos financeiros nas seguintes categorias: "investimentos registados ao justo valor através dos resultados " e "investimentos disponíveis para venda". A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento. A classificação é definida no momento do reconhecimento inicial e reapreciada sempre que se justifique.

- Investimentos registados ao justo valor através de resultados: esta categoria divide-se

em duas subcategorias: "ativos financeiros detidos para negociação" e "investimentos registados ao justo valor através de resultados". Um ativo financeiro é classificado nesta categoria, nomeadamente se adquirido com o propósito de ser vendido no curto prazo ou se desfasamento contabilístico. Os ativos desta categoria são classificados como ativos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expetável que se

realizem num período inferior a 12 meses da data de balanço; Após o reconhecimento inicial, os investimentos registados a justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data de balanço, sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos detidos para negociação são registados(as) na demonstração dos resultados do exercício.

b) Clientes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade.

c) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Estes activos são mensurados ao seu valor nominal.

d) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao valor nominal

e) Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados incluem salários, diuturnidades, subsídio de alimentação, de férias e de Natal, e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas os encargos com complemento de reforma dos trabalhadores em observância ao disposto no contrato colectivo para a actividade assim como seguro de saúde e acidentes pessoais que abrange a generalidade dos trabalhadores da empresa e ainda as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável.

As obrigações decorrentes dos benefícios são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

f) Ativos e passivos expressos em moeda estrangeira

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda de apresentação funcional, utilizando-se as cotações oficiais vigentes na data de balanço.

As diferenças de câmbio, favoráveis ou desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data de transações e aquelas em vigor na data de cobranças, pagamentos ou à data de balanço, são registadas como réditos e gastos na demonstração dos resultados do exercício.

4.2.3 O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber e não inclui impostos liquidados relacionados com a prestação de serviços. O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base no período de vigência dos contratos que lhes estão subjacentes, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

• O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
• É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Empresa;
• Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade; e
• A fase de acabamento da transacção/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

4.2.4 O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde ao imposto corrente, não se tendo registado movimentos que dessem lugar ao reconhecimento de impostos diferidos. Os impostos correntes são registados em resultados. O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

4.2.5 A empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados,independentemente do momento do respectivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

4.2.6 Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjustingevents" ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ("non adjustingevents" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4.2.7 - Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respectivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

4.2.8 - As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados em 31 de Dezembro de 2017 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2018.

4.3 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do exercício.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas. Os principais juízos de valor e estimativas efectuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

a) Vidas úteis dos activos fixos tangíveis

Estimaram-se vidas úteis para os activos fixos tangíveis equivalentes às taxas máximas permitidas para efeitos fiscais, considerando que estas se ajustavam ao tipo de activos existentes na Empresa.

4.4 - Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade. As perspetivas existentes para o futuro e para a continuidade das operações baseiam-se no conhecimento e acontecimentos passados. Não se prevê, num horizonte temporal de curto/médio prazo qualquer alteração, legislativa ou relacionada com a atividade exercida, que possa pôr em causa a validade dos pressupostos atuais e portanto não é expectável que se verifiquem ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período de relato.

5 - FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis de prazo inferior ou igual a três meses, com exceção dos depósitos a prazo. Estes, embora tenham prazo superior a três meses, dado que podem ser mobilizados antecipadamente, total ou parcialmente, a qualquer momento e o risco de perda não é significativo, são considerados também como equivalentes de caixa.

Caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 detalham-se conforme se seguem:

	ANO 2018	ANO 2017
Numerário	262,69	378,97
Depósitos à ordem	1.535.514,16	968.330,44
Depósitos a prazo	2.900.171,32	2.944.057,18
Outros instrumentos financeiros	1.717.124,72	1.785.250,95
	6.153.072,89	5.698.017,54

6 – PARTES RELACIONADAS

a) A empresa não controla direta ou indirectamente, nem é controlada por qualquer outra entidade.

Identificação das partes relacionadas:
Sr. Dr. Francisco Alves Porto (a) 16 000,00 € (16%)
Sra. D. Helena Rosa Silva Duarte (a) 20 000,00 € (20%)
Sra. Dra. Isabel Alves Porto 32 000,00 € (32%)
Sra. Dra. Isabel Alves Porto e Dr. Francisco Alves Porto(quota com.)32 000,00 € (32%)

(a) Gerente, remunerado

b) Saldos e transações com partes relacionadas
Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 não existem saldos ativos e/ou passivos com partes relacionadas.
Nos exercícios de 2018 e 2017 não se registou qualquer venda ou prestação de serviços prestados pela empresa a partes relacionadas.

c) As remunerações do pessoal chave da gestão ascenderam no período a:

remunerações fixas :	374 294,40
remunerações variáveis:	29 800,00

7 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

No período registaram-se os seguintes movimentos nos ativos fixos tangíveis:

ATIVOS FIXOS TANGIVEIS	Anos de Vida útil	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Abates	Saldo final
Edificios e outras construções	50	18 947,08	0,00	0,00	0,00	18 947,08
Equipamento de transporte	4	148 223,09	120 858,52	-20 144,74	0,00	248 936,87
Equipamento administrativo	4 a 8	327 666,05	2 310,98	0,00	-1 368,50	328 608,53
Outros activos fixos tangíveis	4 a 8	175 160,88	0,00	0,00	0,00	175 160,88
		669 997,10	123 169,50	-20 144,74	-1 368,50	771 653,36

DEPRECIAÇÃO	Saldo inicial	Reforço	Anulações	Outros	Saldo final
Edificios e outras construções	9 690,40	285,12	0,00	0,00	9 975,52
Equipamento de transporte	89 341,78	53 590,47	-20 144,74	0,00	122 787,51
Equipamento administrativo	223 651,05	3 410,52	-1 368,50	0,00	225 693,07
Outros activos fixos tangíveis	175 008,96	151,94	0,00	0,00	175 160,90
	497 692,19	57 438,05	-21 513,24	0,00	533 617,00

Em 2017 os movimentos registados nos ativos fixos tangíveis foram os seguintes:

	Anos de Vida útil	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Abates	Saldo final
Edificios e outras construções	50	18.947,08	0,00	0,00	0,00	18.947,08
Equipamento de transporte	4	198.743,16	48.513,35	-99.033,42	0,00	148.223,09
Equipamento administrativo	4 a 8	323.698,11	3.967,94	0,00	0,00	327.666,05
Outros activos fixos tangíveis	4 a 8	175.160,88	0,00	0,00	0,00	175.160,88
		716.549,23	52.481,29	-99.033,42	0,00	669.997,10

DEPRECIAÇÃO	Saldo inicial	Reforço	Anulações	Outros	Saldo final
Edificios e outras construções	9.405,28	285,12	0,00	0,00	9.690,40
Equipamento de transporte	164.999,95	23.375,84	-99.034,01	0,00	89.341,78
Equipamento administrativo	220.247,01	3.404,04	0,00	0,00	223.651,05
Outros activos fixos tangíveis	174.822,03	186,93	0,00	0,00	175.008,96
	569.474,27	27.251,93	-99.034,01	0,00	497.692,19

8 – OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

A sociedade é detentora dos investimentos a seguir discriminados:

INVESTIMENTOS FINANCEIROS	2018		2017	
	UNIDADES	VALOR	UNIDADES	VALOR
ACÇÕES				
BANCO ESPIRITO SANTO	101 455	0,00	101 455	0,00
BANCO BPI	30 977	36 336,02	30 977	36 336,02
FENALU- GEST.INVEST.PART.	499	9,98	499	9,98
SOC.IMOB.TURIST.QUINTA DO PERU,SA	0	0,00	120	0,00
OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS				
FUNDO DE COMPENSAÇÃO DO TRABALHO	766	850,00	488	506,26
		37 196,00		36 852,26

que se encontram registadas da seguinte forma:

- Banco Espirito Santo – sem cotação à data de 31/12/2018
- Banco BPI – cotadas à data de 31/12/2017, última data oficial conhecida
- Funali – cotadas à data de 31/12/2016, ultima data oficialmente conhecida
- Soc.Imob.Quinta do Peru, SA – perda total por insolvência da participada
- Fundo de Compensação do Trabalho – valor contabilístico à data de 31/12/2018

9 – CLIENTES E FORNECEDORES

Os Activos Correntes e Passivos Correntes encontram-se registados pelo seu valor histórico não se prevendo qualquer risco de incobrabilidade, sendo a antiguidade representada como segue:

CONTAS	MAPA DE ANTIGUIDADE DE SALDOS			TOTAIS	TOTAIS
	0 a 30 dias	30 a 90 dias	+ 90 dias	2018	2017
ATIVOS CORRENTES					
Clientes gerais	18 818,82	35 226,81	29 487,93	83 533,56	61 212,94
PASSIVOS CORRENTES					
Clientes gerais	1,12	0,00	0,25	1,37	2 290,42
Fornecedores gerais	191,61	0,00	0,00	191,61	8 283,49

10 -ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Os valores Activos e Passivos representados no Balanço decorrem das obrigações a que a entidade está sujeita perante o Estado e os outros entes públicos. Não há quaisquer dívidas em mora ao Estado e a situação na Segurança Social encontra-se regularizada e o quadro seguinte discrimina a situação:

	2018	2017
Ativo Corrente		
Pagamentos por conta de IRC	136 387,71	201 228,00
Retenções na fonte - Capitais	2 396,71	3 570,95
TOTAIS	138 784,42	204 798,95
Passivo Corrente		
IRC - Imposto s/ rendimento estimado	187 018,94	176 464,71
Retenções s/trabalho dependente	15 620,00	15 260,00
Retenções s/trabalho independente	145,50	137,50
Imposto municipal s/ imóveis	482,55	482,50
Segurança Social	14 647,56	14 218,68
Tributos das autarquias locais	0,00	0,00
Fundo Compensação Trabalho	27,96	26,07
TOTAIS	217 942,51	206 589,46

11 - OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR

Devido à especificidade da sua actividade a entidade centraliza nesta rubrica os valores correntes recebidos com vista a serem transferidos, quer para as empresas de seguros, quer para os resseguradores, assim como os que tem a receber dessas entidades, não se registando qualquer grau de imparidade e cuja antiguidade de saldos se encontra assim distribuída:

ATIVO CORRENTE

CONTAS	MAPA DE ANTIGUIDADE DE SALDOS			TOTAIS	TOTAIS
	0 a 30 dias	30 a 90 dias	+ 90 dias	2018	2017
Seguradoras e Resseguradoras - Valores a receber	34.678,96	208,56	561,68	35.449,20	589.407,91
Adiantamentos a fornecedores	80,68	0,00	0,00	80,68	346,36
Outros devedores diversos	3.360,00	0,00	10.034,89	13.394,89	16.175,89
TOTAL	38.119,64	208,56	10.596,57	48.924,77	605.930,16

PASSIVO CORRENTE

CONTAS	MAPA DE ANTIGUIDADE DE SALDOS			TOTAIS	TOTAIS
	0 a 30 dias	30 a 90 dias	+ 90 dias	2018	2017
Seguradoras e Resseguradoras - Valores a aplicar	46.050,60	67.849,96	245.425,94	359.326,50	705.005,03
Encargos com férias	102.836,58	0,00	0,00	102.836,58	101.785,48
Sindicato	38,45	0,00	0,00	38,45	56,49
Outros credores diversos	69.714,23	0,00	0,00	69.714,23	48.880,49
TOTAL	218.639,86	67.849,96	245.425,94	531.915,76	855.727,49

12– DIFERIMENTOS

Esta rubrica do balanço reflecte o valor de encargos pagos em 2017, cujos gastos respeitam ao período seguinte.

13 - OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os outros activos financeiros a seguir discriminados, respeitam a fundos cuja aplicação permite o resgate a curto prazo e encontram-se registados ao justo valor, tendo como base a cotações bancárias à data de 31/12/2018 e estão assim distribuídos:

	ANO 2018	ANO 2017
Fundos - NBpatrimónio	76 116,73	71 529,51
Fundos - Santander	121 507,17	183 646,50
Fundos - Diversos	1 519 500,82	1 530 074,94
	1 717 124,72	1 785 250,95

14 – CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Os valores de caixa bem como os depósitos bancários encontram-se assim expressos:

	ANO 2018	ANO 2017
Numerário	262,69	378,97
Depósitos à ordem	1 535 514,16	968 330,44
Depósitos a prazo	2 900 171,32	2 944 057,18
	4 435 948,17	3 912 766,59

15 - CAPITAL

O Capital social que se encontra totalmente realizado, está assim distribuído:

Dr. Francisco Alves Porto	16.000,00
D. Helena Rosa Silva Duarte	20.000,00
Dra. Isabel Alves Porto	32.000,00
Dra. Isabel Alves Porto e Dr. Francisco Alves Porto (quota comum)	32.000,00

16- RESERVAS

As Reservas da entidade em 31 de Dezembro eram as seguintes:

	ANO 2018	ANO 2017
Reservas Legais	20.000,00	20.000,00
Outras Reservas (Reserva Livres)	5 339 453,27	5 054 430,11

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado liquido anual tem de se destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, as pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 29 de Março de 2018, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 e foi decidido que o resultado liquido referente a esse exercício fosse aplicado em Outras Reservas o valor de 285 023,16€ e para distribuição pelos sócios o valor de 240 00,00€.

17 – AJUSTAMENTOS/OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Os ajustamentos que trata esta rubrica respeita às acções que foram atribuídas à empresa em resultado da incorporação de reservas das seguintes entidades:

Pelas acções detida no Banco BPI	3.022,72
Pelas acções detida no Banco BES	7.729,98
Pelas acções detida na FENALU	1.805,65
	12.558,35

18– PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

O valor das remunerações recebidas, em numerário, que ascenderam no período a 1 771 765,80€ respeitam a comissões de corretagem de resseguros, das quais 48 714,37€ respeitam ao ramo VIDA e 1 723 051,43€ do ramo NÃO VIDA.

19 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

No período os gastos com fornecimentos e serviços externos foram os seguintes:

RUBRICA	ANO 2018	ANO 2017
TRABALHOS ESPECIALIZADOS	4 156,20	3 926,21
COLOC.RESSEG. E REPRESENTAÇÃO	2 213,74	11 809,52
HONORARIOS	15 850,00	15 850,00
COMISSÕES	3 368,28	8 513,37
CONSERVACAO E REPARACAO	4 818,21	10 034,68
FERRAMENTAS E UTENSILIOS	693,36	266,14
LIVROS E DOCUMENTACAO TECNICA	181,55	189,50
MATERIAL DE ESCRITORIO	916,28	3 229,16
ARTIGOS PARA OFERTA	9 286,10	13 644,08
ELECTRICIDADE	3 143,79	3 019,64
COMBUSTIVEIS	8 188,55	5 477,83
AGUA	725,58	674,79
DESLOCAÇOES E ESTADAS	5 077,28	6 017,75
TRANSPORTES PESSOAL	498,98	762,50
RENDAS E ALUGUERES	6 246,90	6 814,80
COMUNICACAO	6 449,91	8 317,29
SEGUROS	5 282,67	4 328,06
CONTENCIOSO E NOTARIADO	233,00	562,37
DESPESAS DE REPRESENTACAO	39 825,21	37 345,18
LIMPEZA,HIGIENE E CONFORTO	233,46	314,30
OUTROS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS	5 727,09	4 532,51
	123 116,14	145 629,68

20 – GASTOS COM O PESSOAL

A entidade teve ao seu serviço um total de 8 profissionais, dos quais

2 sócio gerentes

6 trabalhadores por conta de outrem

que despenderam 11 172 horas de efectivo trabalho.

Os gastos com o pessoal ficaram, neste exercício, assim distribuídos:

RUBRICA	ANO 2018	ANO 2017
REMUNERAÇÕES DOS ORGÃOS SOCIAIS	404 094,40	400 872,90
REMUNERAÇÕES DO PESSOAL	241 023,97	231 031,42
PENSÕES COMPLEMENTARES DE REFORMA	16 137,48	15 947,15
ENCARGOS SOBRE REMUNERAÇÕES - ORGÃOS SOCIAIS	93 650,23	92 162,87
ENCARGOS SOBRE REMUNERAÇÕES - PESSOAL	46 977,32	45 433,56
SEGUROS DE ACIDENTES NO TRABAL	6 386,79	6 269,72
OUTROS GASTOS COM O PESSOAL	5 989,94	3 686,47
	814 260,13	795 404,09

No período foi contabilizada a estimativa de gratificação de balanço a distribuir ao pessoal em 2018, no valor de 40 000,00€

Dos outros gastos com o pessoal há a salientar o pagamento do seguro de saúde e acidentes pessoais no valor de 3 403,51€ que abrange a generalidade dos trabalhadores da empresa.

21 – AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR

No período registaram-se perdas nos instrumentos financeiros pela aplicação do justo valor em resultado da cotação oficial à data de 31/12/2018 e nos investimentos financeiros, por não haver cotação oficial, mantiveram-se ao valor da cotação à data de 31/12/2017, como se descreve:

RUBRICA	ANO 2018	ANO 2017
EM INSTRUMENTOS FINANCEIROS	-82 775,62	12 826,38
EM INVESTIMENTOS FINANCEIROS	0,00	1 355,99
	-82 775,62	14 182,37

22– OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Os outros rendimentos e ganhos obtidos resultam de:

RUBRICA	ANO 2018	ANO 2017
DIFERENÇAS DE CAMBIO FAVORAVEIS	32,11	166,04
JUROS DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	8.322,59	14.065,87
ALIENAÇÕES	6.000,00	21.000,59
OUTROS GANHOS DIVERSOS	194,93	15.181,33
	14.549,63	50.413,83

23 – OUTROS GASTOS E PERDAS

Os outros gastos e perdas no período podem ser observados e comparados no quadro seguinte:

RUBRICA	ANO 2018	ANO 2017
IVA -IMPOSTO SOBRE VALOR ACRESCENTADO	3 199,51	3 294,92
IMPOSTO S/ TRANSPORTES RODOVIARIOS	790,56	580,10
IMI - IMPOSTO MUNICIPAL S/IMOVEIS	1 126,00	1 125,90
TAXA SUPERVISÃO	1 500,00	1 500,00
MULTAS FISCAIS	17 479,27	0,00
PERDA EM INVESTIMENTOS FINANCEIROS	0,00	600,00
DONATIVOS	500,00	500,00
DESPESAS INSUFICIENTEMENTE DOCUMENTADAS	269,67	79,00
DESPESAS COM SERVIÇOS BANCÁRIOS	12 999,85	10 387,79
OUTRAS NÃO ESPECIFICADAS	54,57	1 675,59
	37 919,43	19 743,30

24 – GASTO DE IMPOSTOS

Relacionamento entre gasto (rendimento) de imposto de lucro contabilístico:

Apuramento do lucro tributável	obs	2018	2017
Resultado antes de imposto	1	670 806,06	701 487,87
A acrescer			
Multas e penalidades		17 479,27	0,00
50% da diferença entre mais e menos valias fiscais		3 000,00	10 500,00
Depreciações não aceites como gastos		23 640,84	10 875,84
Ajudas de custo e encargos com combustíveis		0,00	0,00
Despesas insuficientemente documentadas		269,67	79,00
Outras despesas não especificadas		54,57	1 659,99
A deduzir:			
Benefícios fiscais		-150,00	-150,00
Mais valias contabilisticas		-6 000,00	-21 000,00
Outros ganhos não especificados		0,00	-0,30
Lucro fiscal	2	709 100,41	703 452,40
Materia Coletável:			
Coleta (Matéria coletável até 15 000,00)		2 550,00	2 550,00
Coleta (Matéria coletável superior a 15 000,00)		145 761,09	144 575,00
Ajustamentos à Coleta - Tributação autónoma		28 071,34	18 787,92
Ajustamentos à Coleta - Derrama		10 636,51	10 551,79
Imposto sobre o rendimento do período	3	187 018,94	176 464,71
Taxa do imposto aplicável	4=3/2x100	26,37	25,09
Taxa média efetiva de imposto	5=3/1x100	27,88	25,16

25 – APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Gerência e autorizadas para emissão em 28 de Março de 2019. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de sócios, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.
A proposta de aplicação do resultado líquido apurado no exercício, no valor de 483 787,12 Euros, em:

- Reservas Livres ..... 223.787,12 € ;
- Distribuição aos sócios da sociedade, em partes correspondentes às suas participações o valor de..... 260.000,00 € .

foi apresentada pela Gerência à apreciação e deliberação da Assembleia Geral.

26 – DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS

A Gerência informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.A Gerência informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.
Os honorários totais faturados no exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 pela Revisora Oficial de Contas relacionados com a Revisão Legal das Contas ascenderam a 4 500,00.
Não foram facturados quaisquer honorários relativos a outros serviços de garantia de fiabilidade, consultoria fiscal ou outros serviços que não sejam de revisão ou auditoria.

27– ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Após a data de balanço e antes de as demonstrações financeiras terem sido autorizadas para emissão não se verificaram acontecimentos que desse lugar a ajustamentos ou careçam de divulgação.

28– OUTRAS INFORMAÇÕES

Para cumprimento do disposto no nº 13-A da Norma Regulamentar 17/2008 R, dispõe da garantia bancária emitida pelo Novo Banco para cobertura de responsabilidades até ao montante de 150 000,00 €.

PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS OU DE RESSEGUROS
Á DATA DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Para cumprimento do estabelecido na Norma Regulamentar nº 15/2009 R, de 30 de Dezembro a seguir se relatam os acontecimentos relativos à actividade de mediação de seguros ou de resseguros.

1.a) Descrição das politicas contabilísticas adoptadas para reconhecimento das remuneração:

As remunerações são reconhecidas no momento em que é efectuada cada operação de resseguro e não existem transacções que envolvam prestações de serviços de serviços em fase de acabamento.

1.b) Indicação do total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e por tipo:

O total das remunerações recebidas respeita comissões de intermediação de resseguros

1.c) Indicação do total das remunerações relativas aos contratos de seguro :

O valor das remunerações recebidas e a receber relativas ao período objecto de relato ascenderam a 1 771 765,80€ , sendo:

Ramo não vida 1 723 051,43€
Ramo vida 48 714,37€

1.d) Indicação da existência de níveis de concentração ao nível de empresas de seguros, outros mediadores e clientes iguais a 25% do total das remunerações auferidas pela carteira:

O total das remunerações iguais ou superiores a 25% apenas se verificou relativamente a uma entidade resseguradora que atingiu 27,32%.

1.e) Valor das contas "clientes"

CONTAS CLIENTES

Saldo no inicio do período	58 922,52
Saldo no final no período	83 532,19
Movimentos no período a débito	1 879 033,66
Movimentos no período a crédito	1 854 423,99

1.f) As contas a receber e a pagar desagregadas por origem apresentam os seguintes saldos no final do exercício:

ENTIDADES	CONTAS A RECEBER	CONTAS A PAGAR
EMPRESAS DE SEGUROS	0,00	309 186,04
EMPRESAS DE RESSEGUROS	118 982,76	50 141,83
	118 982,76	359 327,87

1.g) Valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar segregados por:
i – Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros e resseguros - 359 326,50€
ii – Não aplicável
iii – Não aplicável
iv – Remunerações respeitantes a prémios de seguro já cobrados e por cobrar 83 533.56€
v – Outras quantias com indicação da sua natureza:
Outras entidades - a receber 13 475,57€
Outras entidades - a pagar 172 780.87€

1.h) Análise da idade das contas a receber vencidas à data do relato :

CONTAS	0 a 30 dias	31 a 90 dias	+ de 90 dias	TOTAL
Clientes gerais	18 818,82	35 226,81	29 487,93	83 533,56
Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	80,68	80,68
Outras contas a receber - s/imparidade	38 038,96	208,55	10 596,57	48 844,08

1.i) Informação acerca de eventuais garantias colaterais detidas a título de caução e outros aumentos de crédito
Não houve

1.j) Transmissão de carteiras de seguros em que tenha participado durante o exercício
Não houve

1.k) Contratos cessados com empresas de seguros e indicação de eventuais indemnizações de clientela:
Não houve

1.l) Breve descrição da natureza de obrigações materiais, incluindo passivos contingentes :
Não houve

2 – No caso dos corretores de seguros
Não aplicável

3 – No caso de mediadores de resseguros:

3.a) Valor total dos fundos recebidos com vista a serem transferidos para as resseguradoras para pagamento de prémios relativamente aos quais não foram outorgados poderes de cobrança ascenderam a 2 020 472.15€
3.b) Valor total dos fundos que nos foram confiados pelas resseguradoras com vista a serem transferidos para as companhias de seguros cedentes para os quais não foram outorgados poderes de quitação das quantias recebidas ascenderam a 294 887,87€.

O Contabilista Certificado,
Membro 4458 OCC

MOLINARI, LDA
O Gerente

MOLINARI, LDA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

E

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

DO

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Inês Silva Leão
Revisora Oficial de Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditei as demonstrações financeiras anexas da **Molinari, Lda.**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018, (que evidencia um total de 6.705.849,99 euros e um total de capital próprio de 5.955.798,74 euros, incluindo um resultado líquido de 483.787,12 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em minha opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Molinari, Lda.** em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A minha auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As minhas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Sou independente da Entidade nos termos da lei e cumpro os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estou convicto que a prova de auditoria que obtive é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a minha opinião.

Domicílio Profissional
R. Tomás Ribeiro, nº 43 2º Esq.
4450-296 Matosinhos
Telemóvel: 919 865 082

Escritório
R. do Bom Sucesso, nº 64 – 1º
4150-147 Porto
Telefone: 226 097 241/2

Revisora Oficial de Contas nº 1096
Registo CMVM nº 20160708
Contribuinte nº 196 584 345
Email: islroc@gmail.com

Responsabilidade do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das operações.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A minha responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a minha opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, faço julgamentos profissionais e mantenho ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identifico e avalio os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebo e executo procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtenho prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a minha opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtenho uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avalio a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluo sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluir que existe uma incerteza material, devo chamar a atenção no meu relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a minha opinião. As minhas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do meu relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avalio a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunico com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A minha responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, sou de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identifiquei incorreções materiais.

Matosinhos, 28 de março de 2019

Inês Maria Vaz Ramos da Silva da Cunha Leão, ROC 1096

Inês Silva Leão
Revisora Oficial de Contas

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Quotistas,

Nos termos da lei e do mandato que me foi conferido, apresento o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e dou parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentados pela Gerência da Sociedade **Molinari, Lda.** relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.

No decurso do exercício acompanhei, nos termos da minha competência, a gestão da sociedade, analisei com a extensão aconselhável a evolução dos negócios sociais, a regularidade dos registos contabilísticos e da respetiva documentação, a qualidade do processo de preparação e divulgação da informação financeira e das respetivas políticas contabilísticas e critérios valorimétricos e, bem assim, a observância dos normativos legais e estatutários.

Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emiti a respetiva Certificação Legal das Contas, sem reservas e sem ênfases.

No âmbito das minhas funções, verifiquei que:

- o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração de fluxos de caixa e o anexo às demonstrações financeiras, permitem uma adequada compreensão da posição financeira da Empresa, do seu desempenho financeiro, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;

- as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;

- o Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Empresa evidenciando os aspetos mais significativos;

- a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Domicílio Profissional
R. Tomás Ribeiro, nº 43 2º Esq.
4450-296 Matosinhos
Telemóvel: 919 865 082

Escritório
R. do Bom Sucesso, nº 64 – 1º
4150-147 Porto
Telefone: 226 097 241/2

Revisora Oficial de Contas nº 1096
Registo CMVM nº 20160708
Contribuinte nº 196 584 345
Email: islroc@gmail.com

Inês Silva Leão
Revisora Oficial de Contas

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas da Gerência e dos Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, sou de parecer que:

a) Seja aprovado o Relatório de Gestão;

b) Sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras; e

c) Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

Matosinhos, 28 de março de 2019

O Fiscal Único,

Inês Maria Vaz Ramos da Silva da Cunha Leão, ROC 1096